



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º TRIMESTRE DE 2015
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
PERSPECTIVAS PARA 2015	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13

1º TRIMESTRE DE 2015**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2015 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Comimittee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Commitee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Commitee* ("SIC"). De referir que por se tratar de divulgação de informação intercalar a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e conseqüente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

A atividade do Grupo Lisgráfica, S.A., após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2015:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica SGPS SA	Gestão Participações Sociais	2-fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de

2012, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa em 2013 quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

Em termos sintéticos, o impacto nas contas de 2013, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisórios e com efeitos de implementação no mês a seguir à homologação (junho de 2013), foi de 52.941 mil euros.

No período em análise o impacto nos resultados do Grupo decorrentes do PER são de 514 mil euros relativos à atualização trimestral dos passivos a fornecedores e de 116 mil euros pela anulação dos respetivos impostos diferidos.

No primeiro trimestre de 2015, a economia portuguesa cresceu cerca de 0,4% face ao trimestre anterior, que corresponde em termos de trimestre homólogo a uma variação de 1,4%. Mantém-se assim a tendência de crescimento do PIB em cadeia verificado nos últimos trimestres de 2013. Para este comportamento contribuíram a aceleração das exportações, um abrandamento das importações e ainda um ligeiro crescimento do consumo privado.

Apesar da melhoria da situação económica nos últimos meses, existem ainda alguns riscos associados às restrições orçamentais que vão perdurar durante todo o ano de 2015.

O desemprego continua a aumentar, com a taxa a situar-se nos 14% no final do trimestre.

Os sinais positivos registados nos últimos trimestres permitem antever que a trajetória tendencial da economia passe a ser positiva.

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica, mantendo-se neste trimestre a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas; também a nível de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais não se verifica uma inversão sustentada do ciclo recessivo.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores.

No primeiro trimestre de 2015 manteve-se uma redução do nível de atividade de - 3,9% comparativamente com o trimestre homólogo, com destaque para a variação na rubrica revistas, em especial das publicações de periodicidade semanal.

O mix do produto alterou-se em relação a períodos anteriores, isto é, regista-se um aumento da faturação de trabalhos em que a empresa fornece o papel.

Nos três primeiros meses a repartição de faturação é como a seguir se indica:

- Faturação de impressão, com papel - 21,9%

- Faturação apenas de serviços de impressão – 78,1%

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o período anterior, é a seguinte:

VENDAS POR TIPO DE PRODUTO

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2015 1º Trim	2014 1º Trim	Var. 14/15 Em €	Var. 14/15 Em %
Revistas	2.771	2.989	-218	-7,3%
Jornais/suplementos	843	891	-48	-5,4%
Catálogos e Folhetos	813	704	109	15,5%
Listas	59	77	-18	-23,4%
Outros	138	150	-12	-8,0%
TOTAL	4.624	4.811	-187	-3,9%

A nível de produção de cadernos, no formato A4 (de 16 páginas) unidade de medida usada na indústria gráfica, a evolução foi a seguinte:

Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS EM FORMATO A4

DESCRIÇÃO	2015	2014	Var. 14/15 Em €	Var. 14/15 Em %
Revistas	159.934.068	170.962.016	-11.027.948	-6,5%
Jornais/suplementos	36.236.625	37.173.995	-937.370	-2,5%
Catálogos e Folhetos	32.371.469	25.271.055	7.100.414	28,1%
Listas	3.059.600	4.568.888	-1.509.288	-33,0%
TOTAL	231.601.762	237.975.954	-6.374.192	-2,7%

(Unidade - Cadernos A4 de 16 pág.)

A análise por segmento reflete a evolução do mercado, com os segmentos Revistas e Listas a registarem as maiores variações face ao mesmo período do ano anterior. Para este facto contribuem a redução do volume de investimento nos meios em suporte de papel e alteração das políticas de marketing de algumas marcas comerciais.

Como nos últimos exercícios, regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-33%); esta rubrica inclui a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas.

Apesar deste decréscimo de atividade, a empresa concluiu o trimestre com os seguintes equipamentos a laborar:

- 5 Máquinas de impressão em rotativa
- 2 Máquinas de impressão em plana
- 12 Máquinas de acabamento

Verificou-se ainda, ao nível de processo produtivo, a adaptação dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento de forma a ajustar a capacidade disponível face ao volume de trabalho e à redução do número de empregados.

Durante o 1º trimestre de 2015 não se verificou nenhum acontecimento relevante na empresa subsidiária, GESTIGRÁFICA, S.A., constituída em 1993, que continua sem atividade. A empresa registou no trimestre um resultado nulo, pelo que os Capitais Próprios não apresentam qualquer variação face a 31 de dezembro de 2014.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1ºTRIM. 2015/2014

DESCRIÇÃO	2015		2014		Var. 14/15	Var. 14/15
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	4.624	96%	4.811	94%	-187	-3,9%
Outros Proveitos Operacionais	199	4%	313	6%	-114	-36,4%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	4.823		5.124		-301	-5,9%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	1.385	29%	1.474	29%	-89	-6,0%
Fornecimentos e S. Externos	1.456	30%	1.530	30%	-74	-4,8%
Custos Com Pessoal	1.455	30%	1.568	31%	-113	-7,2%
Amortizações e Ajustamentos	583	12%	735	14%	-152	-20,7%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	54	1%	47	1%	7	14,9%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	4.933		5.354		-421	-7,9%
RESULTADO CORRENTE - €	-110		-230		120	52,2%
RESULTADO CORRENTE - %	-2,3%		-4,5%		2,2%	49,2%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-272		-258		0,0%	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-382		-488		106	21,7%
EBITDA - €	473		505		-32	-6,3%
EBITDA - %	9,8%		9,9%		0,0%	

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Correntes no trimestre cifram-se em 4,8 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros serviços prestados. A variação face ao período homólogo deve-se em especial à redução da atividade supra mencionada.

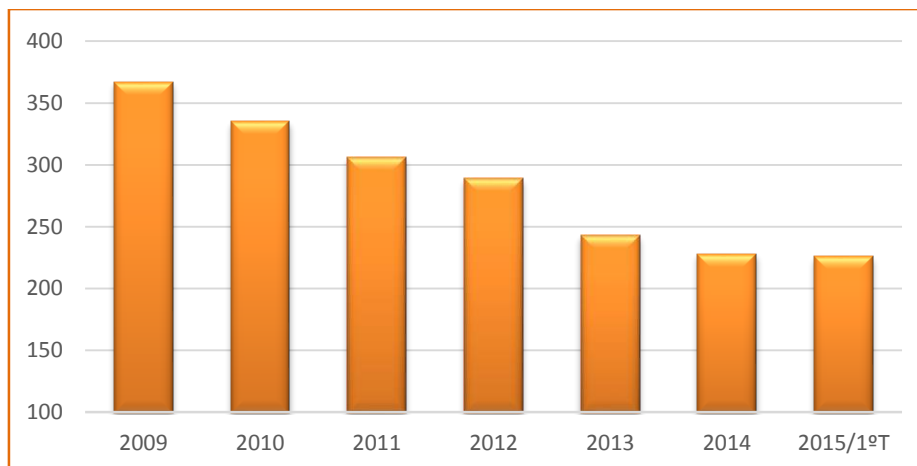
Analisando em detalhe a evolução dos Custos Correntes, é de referir:

- na rubrica CMVC, a diminuição de 6% resulta única e exclusivamente da variação ocorrida na atividade durante este trimestre. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de -4,8% resulta do efeito conjugado de vários fatores, entre eles, a redução nos custos com Energia e Transporte de Mercadorias, consequência da retração na atividade a redução de Trabalhos Especializados;

- quanto aos Custos com Pessoal, a variação de - 7,2% resulta da redução do número de trabalhadores por rescisão de contratos de trabalho, negociados em 2014, no cumprimento do Plano Especial de Revitalização da empresa. O gráfico abaixo evidencia a evolução do nº de trabalhadores no final de cada ano e no final do 1º trimestre de 2015:

Evolução nº Trabalhadores 2009/2015



No final do ano anterior o grupo tinha 228 trabalhadores e no final deste trimestre o número diminuiu para 226, que compara com 232 no final do trimestre homólogo;

- as Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 20,7% devido à diminuição de custos com depreciação e bens do ativo que terminaram o seu período de vida útil contabilística no ano anterior e da redução do valor de amortização de ativos intangíveis.

O Resultado Corrente Consolidado (resultado decorrente das operações), apurado no primeiro trimestre de 2015, regista uma melhoria, de aproximadamente + 52% face ao período homólogo, atingindo um valor de -110 mil de euros.

No presente exercício existem valores (Custos Operacionais) que são considerados não correntes e que a seguir se discriminam:

- atualização do valor de dívida do PER, de fornecedores e outras entidades, reportados ao final do trimestre, de 231 mil euros, as quais vão ser liquidadas em vários anos como definido no PER;

- registo de indemnizações por rescisão de contratos de trabalho efetuadas e negociadas no 1º trimestre de 2015 no valor global de 41 mil euros;

O Resultado Operacional Consolidado é, em 31 de março de 2015, de - 382 mil euros e o Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) mantém-se positivo em aproximadamente 0,5 milhões de Euros.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIM. 2015/2014

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2015	2014	Var. 14/15 em €	Var. 14/15 em %
Resultados Correntes	-110	-230	120	52%
Resultados Operacionais	-382	-488	106	22%
Resultados Financeiros	-492	-426	-66	-15%
Imposto S/ Rendimento	112	123	-11	9%
Resultados Líquidos	-762	-791	29	4%

Os resultados financeiros registam uma ligeira variação devido ao aumento dos custos financeiros, consequência das operações de financiamento (reestruturação) ocorridas em 2014, como definido no Plano de Revitalização. De referir que nos custos financeiros do trimestre estão incluídos 283 mil euros relativos ao valor de atualização do justo valor dos passivos bancários. Se expurgarmos este valor os custos financeiros de financiamento no trimestre ascendem a 222 mil euros.

Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados do primeiro trimestre de 2014 situam-se nos - 762 milhares de euros, ou seja, melhores que no ano anterior.

No entanto, se compararmos os Resultados Líquidos em ambos os trimestres, retirando os efeitos dos valores contabilizados decorrentes do PER (atualização justo valor dos passivos e impostos diferidos), o Resultado do 1º Trimestre de 2014 é de - 364 mil euros, como a seguir se demonstra:

Resultado Líquido	- 762 mil euros
Atualização Justo Valor	+ 514 "
Impostos Diferidos	- 116 "
Resultado Líquido Ajustado	- 364 "

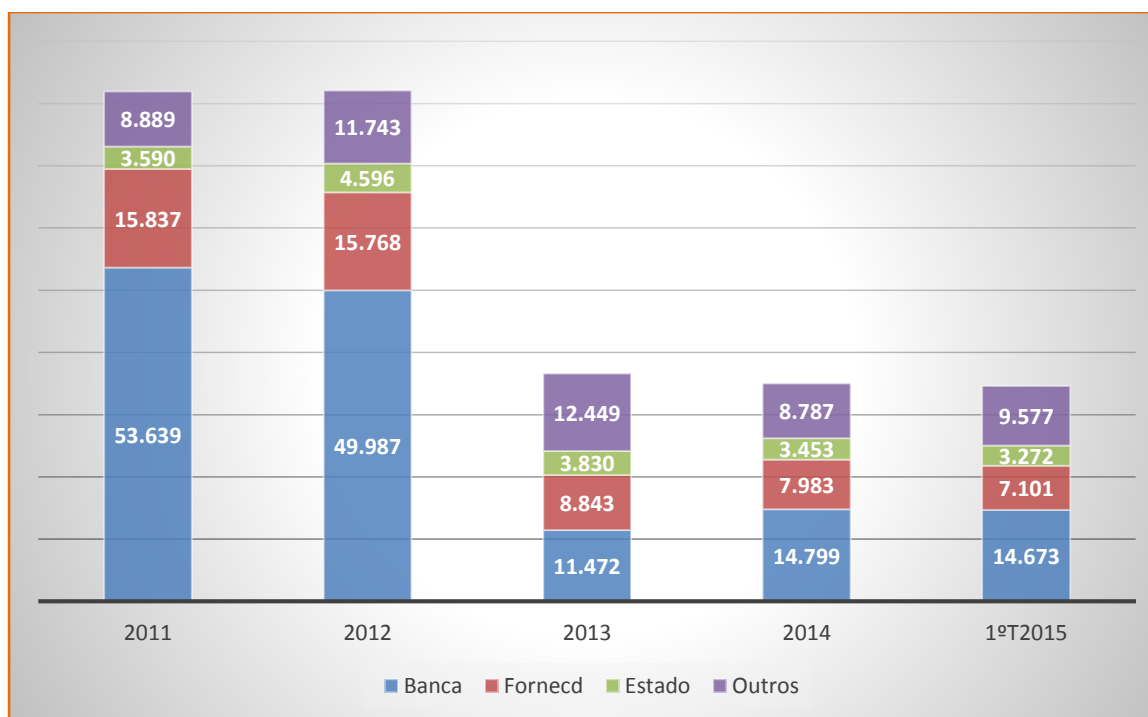
De realçar que no período homólogo o Resultado Líquido Ajustado foi de -411 mil euros, ou seja, em 2015 regista-se uma melhoria de 11%.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 1ºTRIM.2015/2014

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2015 1º Trim.	31/Dez/0 14	Var. 14/15 em €	Var. 14/15 em %
Activos não Correntes	15.164	15.768	-604	-4%
Activos Correntes	7.132	7.690	-558	-7%
TOTAL ACTIVO	22.296	23.458	-1.162	-5%

Capital Próprio	-12.326	-11.564	-762	-7%
Passivo não Corrente	22.055	22.211	-156	-1%
Passivo Corrente	12.567	12.811	-244	-2%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	22.296	23.458	-1.162	-5%

Evolução Endividamento (a) - 2011/2015



(a) – Passivo não Corrente + Passivo Corrente

As principais variações ocorridas são:

- Ativos não Correntes: diminuição de cerca de 4%, devido à redução do Imobilizado Líquido (Ativos Fixos Tangíveis), menos depreciações dado que existem bens cuja vida útil terminou em finais de 2014 e não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);
- Ativos Correntes: manteve-se praticamente inalterável em linha com a evolução da atividade;

- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no trimestre. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 12.326 mil euros negativos;

- Passivo Não Corrente: regista uma redução mínima que decorre do cumprimento das responsabilidades definidas em termos do PER;

- Passivo Corrente: regista uma redução mínima que decorre do cumprimento das responsabilidades definidas em termos do PER;

- Passivo Global: regista uma redução de 1,1%, apesar do efeito contabilístico da reposição do valor nominal da dívida incluída no PER ao longo do seu período de vida.

De referir que, durante o trimestre, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

A empresa está a dar cumprimento e a concluir a implementação das medidas definidas no referido Plano.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GESTIGRÁFICA SOC. GESTORA PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DESCRIÇÃO	1º T 2015	dez-14	Var. 14/15
Activo Total Líq.	1.742,5	1.747,0	-4,5
Passivo Total	30,4	34,0	-3,6
Capital Próprio	1.712,1	1.713,0	-0,9
Capital Social	52,5	52,5	0,0
Resultado Líquido	-1,0	1.716,0	-1.717,0
Vendas Líquidas	0,0	0,0	0,0
(Valores em milhares de Euros)			

PERSPETIVAS PARA 2015

Na linha da evolução positiva do PIB registada nos últimos dois anos, prevê-se para o próximo ano um crescimento da economia portuguesa de aproximadamente entre 1,3 e 1,6%.

A sustentar a recuperação da economia portuguesa estão a retoma do consumo privado e do investimento. Estima-se ainda que as exportações continuem a contribuir de forma positiva para o crescimento da economia, embora para 2015 se anteveja um crescimento inferior ao verificado nos dois últimos anos.

No entanto, a recuperação económica vai ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental em curso desde o início do programa de apoio da troika.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que as recentes estimativas do comportamento do investimento publicitário apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2015 e em especial na imprensa escrita. Este facto vai condicionar o sector da imprensa com uma redução nas tiragens. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) nas quais se espera também uma ligeira redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, estima-se que para 2015 a faturação vá apresentar uma redução entre 2% a 3% face ao verificado neste exercício. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção que se antevê para o próximo exercício.

O Grupo, através da implementação de medidas de reestruturação interna, prevê melhorar o desempenho dos indicadores económicos, nomeadamente, do EBITDA para os próximos anos. Espera-se, assim, que 2015 será o primeiro ano de um ciclo de resultados correntes positivos.

No final do trimestre, a empresa tinha implementado a quase totalidade das medidas previstas no PER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o trimestre findo em 31 de Março de 2015.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste trimestre.

Estima-se assim, que nos próximos exercícios, se concretize a melhoria dos Capitais Próprios em resultado da integral aplicação das medidas do PER e outras e que a empresa regressará, brevemente, à situação de dispor de Capitais Próprios positivos.

Queluz de Baixo, 26 de maio de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

A actividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de maio de 2008, é o resultado da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter sempre em consideração este facto.

O processo Especial de Revitalização ("PER") requerido, pela Empresa em finais de 2012, transitou em julgado em 3 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

A aprovação do PER em 2013 implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

No primeiro trimestre de 2015, o efeito das medidas operadas no âmbito do referido Plano, teve o seguinte impacto nos resultados da Empresa:

. Descontos da dívida (atualização)	(514.134) euros
. Impostos diferidos passivos (reversão)	116.241 euros

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de maio de 2015.

Os principais acionistas são a Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 38,68% do capital social.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2014, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2014.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos das subsidiárias são reconhecidos pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

(b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que

corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

2.5 Imparidade de ativos

O Grupo efetua a avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.7 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

2.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.8.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.8.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são

registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 20). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.8.6 Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade.

2.9 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.11 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de conclusão ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

2.12 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.13 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no

decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.14 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nesse pressuposto.

2.15 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.16 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

2.17 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

2.18 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos

respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz

respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe, numa ótica de mera prudência, a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	Barcarena	100	-

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Revistas	2 771 158	2 989 112
Jornais e suplementos	843 209	890 911
Catálogos e folhetos	813 123	703 959
Listas	59 321	77 025
Outros	137 144	150 012
	<u>4 623 955</u>	<u>4 811 019</u>

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Aluguer de instalações (a)	151 292	156 086
Imputações de custos (b)	19 400	31 642
Variação da produção (c)	-	113 000
Outros proveitos operacionais	<u>28 259</u>	<u>12 749</u>
	<u>198 951</u>	<u>313 477</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(c) A variação da produção ocorrida nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, é como segue:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Existências finais de produtos e trabalhos em curso (Nota 15)	-	-
Existências iniciais de produtos e trabalhos em curso (Nota 15)	-	113 000
	<u>-</u>	<u>(113 000)</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Mercadorias	3 156	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	<u>1 382 105</u>	<u>1 473 754</u>
	<u>1 385 261</u>	<u>1 473 754</u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Subcontratos	90.398	94.961
Electricidade	353.545	362.170
Combustíveis e outros fluídos	122.658	140.820
Rendas e alugueres (a)	473.354	423.245
Transportes de mercadorias	54.411	69.070
Conservação e reparação	106.831	154.921
Trabalhos especializados	114.330	113.801
Outros	<u>140.067</u>	<u>171.134</u>
	<u>1.455.594</u>	<u>1.530.122</u>

- (a) Em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, esta rubrica inclui o montante de e 122.127 euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 27).

Locações operacionais

Em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos aquele contrato de locação operacional, são conforme segue:

	31 de março de 2015		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	<u>452 127</u>	<u>21 227</u>	<u>473 354</u>

	31 de março de 2014		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	<u>422 127</u>	<u>-</u>	<u>422 127</u>

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, os custos com o pessoal foram segue:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Salários e remunerações	1 074 331	1 156 551
Encargos sobre remunerações	248 556	267 752
Outros custos com o pessoal	<u>172 835</u>	<u>143 387</u>
	<u>1 495 722</u>	<u>1 567 690</u>

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, o número detrabalhadorees ao serviço do Grupo foi de 226 e 232, respetivamente.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, têm a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	194 038	146 047
Regularização do desconto da dívida (PER):		
Financiamentos (Nota 20)	211 433	199 810
Locações financeiras (Nota 21)	71 694	45 709
Outros custos financeiros	28 303	36 567
	<u>505 468</u>	<u>428 133</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	9 228	110
Outros proveitos financeiros	3 851	1 415
	<u>13 079</u>	<u>1 525</u>
Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(492 389)</u>	<u>(426 608)</u>

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no trimestre findo em 31 de março de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, foi como segue:

31 de março de 2015:

	Ativos por impostos	Passivos por			Total
	impostos diferidos	impostos diferidos			
	Prejuízos fiscais	Direitos	Subsídios do	Desconto das	
	reportáveis	contratuais	Governo	dívidas do PER	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	193 066	193 066	4 977	3 878 491	4 076 534
Aumento	-	-	-	-	-
Redução	6 228	6 228	-	116 241	122 469
Saldo em 31 de março de 2015	<u>186 838</u>	<u>186 838</u>	<u>4 977</u>	<u>3 762 250</u>	<u>3 954 065</u>

31 de dezembro de 2014:

	Ativos por impostos		Passivos por		
	impostos diferidos		impostos diferidos		
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do Governo	Desconto das dívidas do PER	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	347 660	347 660	8 233	4 521 460	4 877 353
Aumento	-	-	-	-	-
Redução	154 594	154 594	3 256	642 969	800 819
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>193 066</u>	<u>193 066</u>	<u>4 977</u>	<u>3 878 491</u>	<u>4 076 534</u>

Em 31 de março de 2015, os passivos por impostos diferidos no montante de 193.066 euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. Excetuam-se os passivos correspondentes aos subsídios do Governo e do desconto das dívidas do PER.

Outras informações:

No exercício de 2007, a Lisgráfica foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 260.000 euros, tendo sido dado como penhor um equipamento no montante de 350.853 euros (Nota 28). A Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que aquelas não têm fundamento, tendo inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direção Geral dos Impostos a liquidação adicional referente ao IVA e operações imobiliárias. Consequentemente, a Lisgráfica não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) às contas do exercício de 2012. No seguimento do relatório emitido em 2015, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou relativamente às duas correções identificadas (as quais resultaram em liquidações adicionais de IRC no montante aproximado de 136.915 euros) devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação.

Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do trimestre findo em 31 março de 2015.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do trimestre findo em 31 março de 2015.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA ("Rasográfica") (Nota 27)	1.908.593	-	1.908.593	1.937.307
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 27)	5.477.327	(5.477.327)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	-	85.317	85.317
	<u>9.051.460</u>	<u>(5.477.327)</u>	<u>3.574.133</u>	<u>3.602.847</u>

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado como não corrente.
- (b) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor líquido (Nota 22)
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	317 047	(3 302)	313 745	(263 115)
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
	<u>317 047</u>	<u>(3 302)</u>	<u>313 745</u>	<u>(263 115)</u>

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014	
	Valor bruto	Desconto da dívida	Perdas de Imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor líquido
Não correntes:					
Cientes	5 491 866	(353 056)	(4 310 461)	828 349	828 349
Correntes:					
Cientes	13 366 183	-	(9 243 195)	4 122 988	4 232 086
Total	18 858 049	(353 056)	(13 553 656)	4 951 337	5 060 435

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	866 741	992 954
Rasográfica	1 043 193	1 406 979
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	-	-
Seguros	12 260	13 575
Adiantamentos a fornecedores	37 493	166 597
Adiantamentos ao pessoal	14 992	15 186
	1 974 679	2 595 291

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Numerário	14 284	3 700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>390 809</u>	<u>300 936</u>
Caixa e depósitos bancários	405 093	304 636
Descobertos bancários (Nota 20)	<u>(12 278)</u>	<u>(25 473)</u>
Caixa e seus equivalentes	<u><u>392 815</u></u>	<u><u>279 163</u></u>

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2014</u>	<u>Aplicação resultado 2014</u>	<u>Resultado líquido do período</u>	<u>Saldo em 31 de março de 2015</u>
Capital	9 334 831	-	-	9 334 831
Ações próprias	(527 531)	-	-	(527 531)
Reserva legal	1 866 966	-	-	1 866 966
Outras reservas	7 923 900	-	-	7 923 900
Resultados transitados	(31 721 179)	(3 628 620)	-	(35 349 797)
Excedentes de valorização de ativos	34 955	-	-	34 955
Outras variações no capital próprio (a)	5 152 807	-	-	5 152 807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(3 628 620)</u>	<u>3 628 620</u>	<u>(762 371)</u>	<u>(762 371)</u>
	<u><u>(11 563 869)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(762 371)</u></u>	<u><u>(12 326 240)</u></u>

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>Nº. de ações</u>	<u>Porcentagem</u>
Rasográfica	95 196 620	50,99%
Gestprint	72 223 016	38,68%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>19 276 984</u>	<u>10,33%</u>
	<u><u>186 696 620</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Empresa detinha 1.387.459 ações próprias, no valor de 527.531 euros, o que equivale a 0,7% do capital social.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta

represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	não correntes	correntes	não correntes	correntes
Financiamentos bancários (a)	7 092 671	629 737	7 058 410	454 671
Outros financiamentos (b)	275 803	50 277	274 762	50 277
Descobertos bancários (c)	-	12 278	-	25 473
Factoring (d)	-	2 447 641	-	2 606 272
Letras descontadas (e)	648 593	172 784	677 307	172 934
Cheques pré-datados (f)	-	358 858	-	206 476
	<u>8 017 067</u>	<u>3 671 575</u>	<u>8 010 479</u>	<u>3 516 103</u>

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	31 de março de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Passivos	Passivos	Total	Passivos	Passivos	Total
	não correntes	correntes		não correntes	correntes	
Novo Banco (i)	197 803	18 278	216 081	196 393	13 439	209 832
Mbcp (i)	5 320 029	491 590	5 811 619	5 282 103	361 437	5 643 540
BarclaysBank, S.A. ("Barclays") (i)	171 596	15 856	187 452	170 373	11 658	182 031
Montepio Geral ("Montepio") (i)	62 804	5 803	68 607	62 357	4 267	66 624
Banco Popular, S.A. ("BP") (i)	27 751	2 564	30 315	27 553	1 884	29 437
Banif (i)	499 267	46 134	545 401	498 069	33 921	531 990
CGD (i)	304 134	28 103	332 237	301 966	20 662	322 628
Banco Efisa (i)	108 959	10 068	119 027	108 182	7 403	115 585
Mbcp(ii)	400 328	11 341	400 328	411 144	-	411 144
	<u>7 092 671</u>	<u>629 737</u>	<u>7 711 067</u>	<u>7 058 410</u>	<u>454 671</u>	<u>7 513 081</u>

(i) Montantes relativos aos financiamentos, concedidos pelas várias entidades bancárias acima identificadas, que se encontram ao abrigo do PER ajustados após o perdão da dívida, e o respetivo desconto da dívida com referência a 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014. A aplicação do definido no Plano Especial de Recuperação implicou o reconhecimento de um perdão de dívida de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos à data.

Estes empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescidos de um spread de 2% a regularizar da seguinte forma:

- 90 % em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de pagamento de capital e juros vincendos por um período de 24 meses, iniciando-se a amortização em junho de 2015;
- 10%, prestação nº 157, a pagar no final da operação.

- (ii) Financiamento concedido pelo Mbcpc em julho de 2014, no montante de 600.000 euros, sob a forma de mútuo, a regularizar em 80 prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor a 3 meses mais um spread de 2%, iniciando-se a amortização em abril de 2016.

A atualização da dívida a taxas de mercado teve um impacto de 188.586 euros na rubrica de juros e rendimentos obtidos da demonstração dos resultados (Nota 10)

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor nominal dos Financiamentos bancários é de 13.612.289 euros e o plano de reembolso é o seguinte:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
2015	525.496	525.496
2016	900.850	900.850
2017	900.850	900.850
2018	900.850	900.850
2019	900.850	900.850
2020 e seguintes	9.483.393	9.483.393
	<u>13.086.793</u>	<u>13.086.793</u>
Total	<u>13.612.289</u>	<u>13.612.289</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de julho de 2014, a Empresa tinha amortizado 4.449.662 euros e encontrava-se em dívida o montante de 717.545 euros (valor nominal), o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 28). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 14), uma vez que terá de ser 25% desta.

- (c) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os descobertos bancários são facilidades concedidas pelos bancos, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 358.858 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do Mbcp.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha contratado junto do Mbcp uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>2 255 382</u>	<u>729 053</u>	<u>2 255 382</u>	<u>657 359</u>

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o montante de 4.245.807 euros a pagar às locadoras (valor nominal) tem o plano de reembolso seguinte:

2015	<u>88 665</u>
2016	293 941
2017	293 941
2018	293 941
2019	293 941
2020 e seguintes	<u>2 981 378</u>
	<u>4 157 142</u>

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas perdas por imparidade no trimestre findo em 31 de março de 2015 e no exercício findos em 31 de dezembro de 2014, foi o seguinte:

	Existências (Nota 15)	Clientes e contas a receber (Nota 16)	Outros ativos correntes (Nota 14)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4 369	12 093 864	3 413 227	15 507 091
Aumentos	-	1 538 027	2 064 100	3 602 127
Reduções	(1 066)	(57 552)	-	(57 552)
Utilizações	-	(20 683)	-	(20 683)
Regularizações	(1)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>3 302</u>	<u>13 553 656</u>	<u>5 477 327</u>	<u>19 030 983</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3 302	13 553 656	5 477 327	19 030 983
Aumentos	-	-	-	-
Reduções	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2015	<u>3 302</u>	<u>13 553 656</u>	<u>5 477 327</u>	<u>19 030 983</u>

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Contrato de impressão (a)	667 926	697 023
Divídas integradas em planos de pagamento:		
Autoridade Tributária (b)	431 031	432 024
Segurança Social (b)	2 197 210	2 201 681
Acionistas (c)	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
	<u>3 396 167</u>	<u>3 430 728</u>

(a) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, este montante corresponde a um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 euros até outubro de 2022 (Nota 12). Em 2014, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 191.593 euros (Nota 31).

(b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social de Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à

regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e vão ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

- . Autoridade Tributária (AT) :
 - .Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em agosto de 2013;
 - .Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03;
 - . A esta data o valor nominal em dívida é 1.190.210 euros.

- . Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :
 - .Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em maio de 2014;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos;
 - . A esta data o valor nominal em dívida é 5.198.430 euros.

- . IAPMEI:
 - . De acordo com o Plano, previsto o pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 31 de dezembro de 2014, não foi iniciado o pagamento pois aguarda a assinatura do contrato;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos;
 - . A esta data o valor nominal em dívida é 717.545 euros.

De forma a garantir parte das prestações, a Empresa mantém ativas as garantias bancárias seguintes:

- . 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social;
- . 341.267 euros a favor do IAPMEI.

Desde a apresentação do PER que a Empresa tem liquidado as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS.

- (c) A Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso, com início em junho de 2017.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2015</u>	
	Não	
	<u>corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 963 797	3 225 861
Fornecedores, títulos a pagar	-	134 849
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	665 916
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	19 645
Outros credores:		
Clientes no âmbito da aplicação do PER (a)	468 949	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Rappel a liquidar	-	288 019
Remunerações a liquidar	-	1 152 512
Juros a liquidar	-	1 240 453
Fornecimentos e serviços externos	-	293 282
Outros e gastos e perdas	-	<u>80 642</u>
	<u>4 432 746</u>	<u>7 101 179</u>

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	
	Não	
	<u>corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente	3 968 838	3 193 024
Fornecedores, títulos a pagar	-	140 599
Fornecedores, faturas em receção e confer	-	665 916
Fornecedores de imobilizado, conta corrent	-	26 801
Outros credores:		
Clientes no âmbito da aplicação do PER	468 949	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Rappel a liquidar	-	244 168
Remunerações a liquidar	-	1 331 383
Juros a liquidar	-	1 102 496
Fornecimentos e serviços externos	-	528 392
Outros e gastos e perdas	-	<u>82 948</u>
	<u>4 437 787</u>	<u>7 315 727</u>

(a) Em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Sector público estatal (a)	592 803	771 738
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	118 951	198 701
Contrato de impressão (Nota 23)	282 119	282 119
Proveitos diferidos:		
Subsídio ao investimento	19 886	22 122
	<u>1 013 759</u>	<u>1 274 680</u>

(a) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2015</u>	<u>31 de dezembr de 2014</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	-	104 921
Contribuições para a segurança social	208 676	262 846
Retenção de impostos sobre o rendimento	106 092	115 001
Dívidas integradas em planos de pagamentos	275 002	284 722
Outros	3 033	4 248
	<u>592 803</u>	<u>666 817</u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2015</u>		<u>31 de dezembro de 2014</u>	
	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Pagamento especial por conta (a)	315 577	-	294 364	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	51 250	-	46 851
	<u>315 577</u>	<u>51 250</u>	<u>294 364</u>	<u>46 851</u>

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são os seguintes:

31 de março de 2015					
	Saldos			Transações	
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 23)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 8)	Custos com o pessoal (Nota 9)
Acionistas					
Rasográfica (a)	1 908 593	1 043 193	100 000	122 127	-
Gestprint	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Conselho de Administração	-	-	224 767	-	92 075
	<u>1 908 593</u>	<u>1 043 193</u>	<u>324 767</u>	<u>122 127</u>	<u>92 075</u>

31 de dezembro de 2014						
	Saldos			Transações		
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por locação financeira (Nota 21)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 214)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 8)	Custos com o pessoal (Nota 9)
Acionistas						
Rasográfica	2 109 591	953 325	-	100 000	483 720	-
Gestprint	-	-	929 880	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Conselho de Administração	-	-	385 337	416 370	-	530 010
	<u>2 109 591</u>	<u>953 325</u>	<u>1 315 217</u>	<u>516 370</u>	<u>483 720</u>	<u>530 010</u>

(a) O montante de 2.951.786 euros é constituído por:

- 1.260.000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato pelo que foi registado como não corrente.;
- 1.691.786 euros, do qual 1.043.193 euros se encontra titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira. O montante de 677.307 euros foi registado como não corrente.

O montante de 122.127 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em Setembro de 2017 (Nota 8).

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2.889.135 euros e 2.889.135 euros, respetivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

		31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2 540 548	2 540 548
IAPMEI (b)	Banif	341 267	341 267
Câmara Municipal de Almada (c)	BES	7 320	7 320
		<u>2 889 135</u>	<u>2 889 135</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23).

(b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 23).

(c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial - Cliente.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos bancários	20 240 000	20 240 000
Locações financeiras	140 785	140 785
Fornecedores	275 809	275 809
Estado e outros entes públicos	2 936 351	2 936 351
	<u>23 592 945</u>	<u>23 592 945</u>

Em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, em 2010, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo

celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas de 762.371 euros (resultado líquido negativo de 791.313 euros no primeiro trimestre de 2014) pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período de 186.309.161 (março de 2014: 186.644.107).

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foi negativo de 0,0041 euros e de 0,0042 euros, respetivamente.

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(762 371)</u>	<u>(791 313)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186 696 620	186 696 620
Número de ações próprias	(1 387 459)	(52 513)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>185 309 161</u>	<u>186 644 107</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0041)	(0,0042)
Diluído	(0,0041)	(0,0042)

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 92.075 euros e 92.087 euros, respetivamente. (Nota 27).

31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, tem a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Impostos (a)	24 574	28 343
Descontos de pronto pagamento concedidos	27 927	19 605
Correções relativas a exercícios anteriores	1 103	-
Regularização do desconto da dívida (PER):		
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	135 007	163 593
Outros passivos não correntes (Nota 23)	82 141	94 071
Outros passivos correntes (Nota 25)	13 859	-
Outros	686	1
	<u>285 297</u>	<u>305 613</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do Selo sobre transações bancárias, nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, tem a seguinte composição:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Imposto corrente	4 429	-
Imposto diferido (Nota 11)	(116 241)	(123 280)
	<u>(111 812)</u>	<u>(123 280)</u>

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	Não auditado	
		31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos intangíveis	12	2 414 867	2 484 354
Ativos fixos tangíveis	13	8 159 734	8 659 573
Ativos por impostos diferidos	11	186 838	193 066
Clientes e contas a receber	16	828 349	828 349
Outros ativos não correntes	14	3 574 133	3 602 927
Total de ativos não correntes		<u>15 163 921</u>	<u>15 768 269</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Existências	15	313 745	263 115
Clientes e contas a receber	16	4 122 988	4 232 086
Outros ativos correntes	17	1 974 679	2 595 291
Imposto sobre o rendimento	26	315 577	294 364
Caixa e seus equivalentes	18	405 093	304 636
Total de ativos correntes		<u>7 132 082</u>	<u>7 689 492</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>22 296 003</u>	<u>23 457 761</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	19	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	9 276 710	8 769 724
Resultados transitados		(30 175 410)	(26 039 804)
Resultado consolidado líquido do período	29	(762 371)	(3 628 620)
Total do capital próprio		<u>(12 326 240)</u>	<u>(11 563 869)</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	20	8 017 067	8 010 479
Locações financeiras	21	2 255 382	2 255 382
Outros passivos não correntes	23	3 396 167	3 430 728
Fornecedores e contas a pagar	24	4 432 746	4 437 787
Passivos por impostos diferidos	11	3 954 065	4 076 534
Total de passivos não correntes		<u>22 055 427</u>	<u>22 210 910</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	20	3 671 575	3 516 103
Locações financeiras	21	729 053	657 359
Fornecedores e contas a pagar	24	7 101 179	7 315 727
Outros passivos correntes	25	1 013 759	1 274 680
Imposto sobre o rendimento	26	51 250	46 851
Total de passivos correntes		<u>12 566 816</u>	<u>12 810 720</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>22 296 003</u>	<u>23 457 761</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

		Não auditado	
		31 de março de 2015	31 de março de 2014
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>		
Vendas	5	4 623 955	4 811 019
Outros proveitos operacionais	6	198 951	313 477
Total de proveitos operacionais		4 822 906	5 124 496
 <u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo das mercadorias vendidas	7	(1 385 261)	(1 473 754)
Fornecimentos e serviços externos	8	(1 455 594)	(1 530 122)
Custos com o pessoal	9	(1 495 722)	(1 567 690)
Depreciações e Amortizações	12 e 13	(582 826)	(735 302)
Perdas por imparidade em inventários	22	-	-
Perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber	22	-	-
Outros custos operacionais	31	(285 297)	(305 613)
Total de custos operacionais		(5 204 700)	(5 612 481)
Resultados operacionais		(381 794)	(487 985)
 <u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	(492 389)	(426 608)
Resultados antes de impostos		(874 183)	(914 593)
Imposto sobre o rendimento do período	32	111 812	123 280
Resultado consolidado líquido do período		(762 371)	(791 313)
Rendimento integral		(762 371)	(791 313)
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		(762 371)	(791 313)
Resultado por ação			
Básico	29	(0.0041)	(0.0042)
Diluído	29	(0.0041)	(0.0042)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Não auditado								
	Capital	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes valorização ativos	Outras variações no capital próprio	Resultado consolidado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2013	9 334 831	(474 121)	1 357 744	7 923 900	(71 790 471)	34 955	5 152 807	40 578 514	(7 881 841)
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	509 222	-	40 069 292	-	-	(40 578 514)	-
Aquisição ações próprias	-	(53 410)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(3 628 620)	(3 628 620)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(31 721 179)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(3 628 620)</u>	<u>(11 563 869)</u>
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(3 628 620)	-	-	3 628 620	-
Aquisição ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(762 371)	(762 371)
Saldo em 31 de março de 2015	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(35 349 799)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(762 371)</u>	<u>(12 326 240)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 de MARÇO DE 2015 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado	
		31 de março de 2015	31 de março de 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5 252 788	5 186 632
Pagamentos a fornecedores		(3 018 817)	(3 408 359)
Pagamentos ao pessoal		(1 891 240)	(1 965 558)
Fluxos gerados pelas operações		<u>342 731</u>	<u>(187 285)</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(20 816)	(21 424)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à atividade operacional		(54 378)	122 594
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>267 537</u></u>	<u><u>(86 115)</u></u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		-	-
Ativos fixos tangíveis		(15 000)	(75 000)
Investimentos financeiros		-	-
Juros e proventos similares		-	-
		<u>(15 000)</u>	<u>(75 000)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u><u>(15 000)</u></u>	<u><u>(75 000)</u></u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		-	-
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	600 000
Outros empréstimos		-	-
		<u>-</u>	<u>600 000</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e custos similares		(138 885)	(108 239)
		<u>(138 885)</u>	<u>(108 239)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(138 885)</u></u>	<u><u>491 761</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		113 652	330 646
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	279 163	370 235
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	392 815	700 881

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro